

A IMPORTÂNCIA DO PENSAMENTO CRÍTICO EM LÍNGUA PORTUGUESA: UM DIÁLOGO FREIREANO

JULIANA APARECIDA MELO A. SILVA MANGUSSI (UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE - UPM)¹

Introdução

O presente artigo busca a reflexão sobre a competência Pensamento Crítico no ensino de Língua Portuguesa, a fim de que os alunos busquem construir a sua identidade como cidadãos, capazes de serem protagonistas de ações responsáveis e autônomas, posicionando se criticamente frente à realidade.

Sabe-se que hoje se vive em uma sociedade complexa, que possui uma rapidez de informações e na qual as opiniões mudam constantemente. As pessoas buscam soluções fáceis, ágeis e diversificadas, que, no entanto, atendam com urgência às necessidades individuais e coletivas, sendo, assim, imprescindível que, nesse cenário, os indivíduos saibam agir com autonomia, criatividade, pensamento crítico e protagonismo.

Nota-se que a escola, historicamente considerada como um ambiente de socialização e de acesso ao conhecimento, ainda se preocupa apenas com a reprodução do conhecimento, esquecendo-se que deixou de ser a única detentora do saber e esquivando-se da necessidade de se atentar para um processo contínuo e prazeroso de aprendizagem.

Diante desse cenário, essa instituição precisa se preocupar em construir efetivas oportunidades tanto para a aprendizagem, quanto para o desenvolvimento de um conjunto de competências essenciais, em todos os componentes curriculares e principalmente, em língua materna, para que os alunos atuem criticamente junto à sociedade de forma autônoma, responsável e com capacidade de se adaptar a novos desafios.

Sobre isso, cabe destacar o fundamental papel do professor, principalmente o de Língua Portuguesa, na formação de alunos que atuem criticamente sobre a realidade que vivem, no que diz respeito aos diferentes posicionamentos e tomada de decisões, em busca de despertá-los para a cidadania.

Assim, o presente artigo pretende responder a seguinte problemática: qual a importância do desenvolvimento do pensamento crítico no componente curricular de Língua Portuguesa para que os alunos pensem criticamente, sejam cidadãos atuantes e protagonistas nas suas diferentes práticas de linguagem dentro e fora da escola?

Diante disso, o principal objetivo deste artigo é analisar a importância do desenvolvimento crítico em Língua Portuguesa para que os alunos ampliem suas possibilidades de participação junto à cultura letrada, envolvendo-se com maior autonomia e protagonismo na vida social. Tais competências são essenciais na constituição do sujeito,

¹ Doutoranda em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, mestre em Linguística Aplicada pela Universidade de Taubaté, Pós-graduada em Gestão Escolar pela Faculdade do Noroeste de Minas e Pós-graduada em Leitura e Produção de Textos pela Universidade de Taubaté. Possui graduação em Letras - Língua Portuguesa, Língua Espanhola e Respektivas Literaturas pela Universidade de Taubaté. Finalizando Pedagogia, pela UNIJALES. Atua como professora de Língua Portuguesa, Literatura e Redação no Ensino Médio em escolas particulares e Cursos Pré Vestibulares e Cursos de Pós Graduação em Alfabetização e Linguagem. Atuou como Professor Coordenador Formador na Secretaria Municipal de Educação de Campos do Jordão, por 12 anos. E-mail: julianaapma@hotmail.com

conforme apresentam as reflexões do educador Paulo Freire (2011, 2019).

A metodologia utilizada na pesquisa foi uma abordagem teórico-metodológica de caráter bibliográfico, que buscou analisar a importância do desenvolvimento crítico no componente curricular Língua Portuguesa, como consta em documentos educacionais oficiais e concernente aos ideais de Paulo Freire, com a contribuição de outros autores.

Este artigo se organiza em seções que apresentam a fundamentação teórica a respeito da importância do componente curricular Língua Portuguesa e do desenvolvimento do pensamento crítico, a partir das contribuições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), das reflexões e apontamentos de Paulo Freire, dentre outros autores, sobre a constituição do sujeito e sua participação na sociedade e se encerra buscando apontar relações entre essas ideias.

Língua portuguesa e pensamento crítico

Atualmente, a escola continua a se preocupar com a reprodução do conhecimento, desconsiderando que deixou de ser a única detentora e afastando-se da urgência em fomentar um processo significativo e prazeroso de aprendizagem. Tal contexto ainda persiste no processo educativo, não deixando de abranger o componente curricular Língua Portuguesa, que possui importância primordial no desenvolvimento de competências essenciais de comunicação em língua materna, para que os alunos atuem criticamente sobre a sociedade de forma autônoma, responsável e com capacidade de se adaptar a novos desafios.

É evidente que esse contexto exige, cada vez mais, que os alunos façam parte de uma sociedade que demanda a formação, não somente no campo profissional, mas também no campo social e pessoal, que transpassa a aquisição de conhecimentos cognitivos. Tal questão “[...] exigirá mais do que nunca um desenvolvimento pleno do sujeito, de modo que eles possam realizar escolhas com autonomia e conquistar realizações ao longo da vida” (RAMOS, 2019, p. 61).

Consequentemente, nota-se também que a formação de docentes em língua materna ocupa uma posição de destaque, uma vez que estes estão em constante contato com os alunos, trabalhando contextos sócios históricos indispensáveis à formação do cidadão do século XXI, que precisa posicionar-se ativamente com o propósito de “[...] construir sentido para o que lê, ouve” (KOCH; ELIAS, 2017, p.21) e, consequentemente, escrever para atuar na sociedade.

Sobre isso, a BNCC (2018) reitera que há uma necessidade de

[...] construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos alunos e, também, com os desafios da sociedade contemporânea, de modo a formar pessoas autônomas, capazes de servir dessas aprendizagens em suas vidas. (BNCC, 2018, p.14).

Alencar; Braga e Marinho (2016) afirmam que é necessário preparar o educando para solucionar problemas e lidar com desafios inerentes ao século XXI, uma vez que essa preocupação já pode ser observada em diferentes países, cujos governantes têm se empenhado em propor políticas educacionais voltadas para um ensino que facilite o

desenvolvimento pleno da capacidade de criar e do pensamento crítico dos alunos.

A Base Nacional Comum Curricular (2018) ainda robora, principalmente para os anos finais do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa, a participação dos educandos com maior criticidade nas situações comunicativas diversificadas, com maior autonomia e protagonismo em práticas de linguagens realizadas dentro e fora da escola e afirma:

Ao componente Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens. (BNCC, 2018, p.67).

Outras questões relevantes, apontadas por esse documento, são sobre o desenvolvimento das competências gerais do componente curricular Língua Portuguesa. Sobre essas se destaca a segunda, que diz respeito diretamente à competência objeto de estudo desta pesquisa:

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas (BNCC, 2018, p. 9).

Vale ressaltar que as competências gerais do citado documento, destacadamente as de números quatro, cinco, seis, sete e dez, estão intrinsecamente relacionadas ao desenvolvimento integral dos alunos e ao desenvolvimento das competências de criatividade e pensamento crítico. Isso se nota quando, tais competências, destacam a necessidade do desenvolvimento de aprendizes que precisam partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo; exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva; fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade; argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns; agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BNCC, 2018, p.9-10).

Complementando essas reflexões, é importante lembrar o que a BNCC (2018), especificamente no documento voltado para o Ensino Médio, destaca como foco para as diferentes práticas de linguagem, a ampliação da autonomia, do protagonismo e da autoria, na identificação e na crítica aos diferentes usos das linguagens, explicitando seu poder no estabelecimento de relações; na apreciação e na participação em diversas manifestações artísticas e culturais e no uso criativo das diversas mídias. (BNCC Ensino Médio, 2019, p. 470).

Nesse sentido, Antunes (2009) contribui com essas reflexões ao dizer que o objetivo do ensino do componente Língua Portuguesa é a ampliação da competência comunicativa do aluno para falar, ouvir, ler e escrever para que as pessoas possam interagir socialmente. Assim, a autora afirma que a capacidade da linguagem precisa ser desenvolvida para ser colocada a serviço da prática profissional e da plena cidadania.

Sobre isso, a autora reitera que todos os programas, sejam eles, profissionais e ou educacionais, precisam contemplar, com primazia, a dimensão textual e comunicativa da língua, para que as pessoas possam interagir socialmente.

É importante salientar que o processo de ensino-aprendizagem, de acordo com Vasconcelos (2016), envolve sempre atores principais que são professor e aluno, que desempenham papéis específicos, porém, complementares e que se voltam para o mesmo objetivo.

Para que isso ocorra com maior significância, o papel do professor de português, segundo Antunes (2009), é primordial, uma vez que este precisa promover discussões necessárias e, de fato, relevantes para as pessoas atuarem profissionalmente com eficiência. Para tal, é imprescindível que o educador, conquiste e assuma a autonomia didática como especialista da área, comprometendo-se com a causa da educação linguística de seus alunos. (ANTUNES, 2009, p. 170).

Com relação à autonomia do professor, Antunes valida que é necessário um trabalho crítico, diferenciado e comunicativamente relevante em que o docente

[...] não pode deixar de “ser aluno”, isto é, que não sabe tudo, que não pode deixar de ser aprendiz. Eternamente aprendiz. Um professor que, como os alunos está “em curso”, quer dizer, está, ainda agora e sempre, realizando a grande aventura de correr pelos caminhos que levam ao conhecimento, ao entendimento, mesmo sabendo que nunca vão poder dizer que chegaram ao fim desse caminho... (ANTUNES, 2009, p. 174-175).

Assim, é evidente que o papel do professor de Língua Portuguesa é fundamental, uma vez que “[...] conduz e orienta as experiências de uso da língua em sala de aula” (MENDES, 2008, p 59), para que o processo de ensino e aprendizagem signifique desenvolver competências para ser e agir em sua própria língua, com criticidade, em diferentes contextos.

Linguagem, pensamento crítico e Paulo Freire

De acordo com Barbosa (2015), a vida é uma linguagem e a partir dela o ser humano constitui o seu conhecimento histórico, social, cultural, além de transformar-se. Além disso

[...] cada indivíduo humano é capaz de transformar singularmente esse conhecimento por meio da linguagem verbal e do pensamento, expandindo sua singularidade em processos de diálogos que não têm fim, com outros sujeitos, sujeitos que são potencialmente criadores de. (BARBOSA, 2015, p. 33-34).

Corroborando, Freire (1992) aponta que há a necessidade do indivíduo em dizer a sua palavra. Sobre isso, as ideias do pedagogo são enfáticas ao retratar que, a partir do momento em que há a apropriação da palavra é como se rompesse a “cultura do silêncio” (FREIRE, 1992, p. 40) e o sujeito descobrisse que não apenas podia falar, mas, também produzir um discurso crítico sobre o mundo e sobre o seu mundo, refazendo-o. Assim, a linguagem é considerada como caminho de construção da cidadania.

Nesse contexto, o autor destaca que a palavra instaura o mundo do homem e que expressando-se, este comunica-se, abrindo a consciência para o mundo, no qual o indivíduo deve autoconfigurar-se responsavelmente. O educador, então, atribui à alfabetização o sentido mais exato desse processo, em que o sujeito aprende a escrever a sua

vida como autor e como testemunha de sua história, biografando-se, *existenciando-se e historicizando-se* (FREIRE, 2019a).

Assim sendo, Freire (2019a) declara que “alfabetizar é conscientizar” e sobre esse processo destaca que o domínio da leitura e da escrita da palavra, implica uma releitura mais crítica do mundo e considera esse domínio como:

[...] “caminho” para “re-escrevê-lo”, quer dizer, para transformá-lo. Daí a necessária esperança embutida na Pedagogia do oprimido. Daí, também, a necessidade, nos trabalhos de alfabetização numa perspectiva progressista, de uma compreensão da linguagem e de seu papel antes referido na conquista da cidadania. (FREIRE, 1992, p. 44).

À vista disso, Freire (2019a) afirma que, a partir da alfabetização, o indivíduo sente-se desafiado a desvelar os segredos de sua constituição a partir da construção de suas palavras e, conseqüentemente, da construção de seu mundo, redescobrendo-se sujeito de todo o processo histórico da cultura e se fazendo reflexivamente responsável pela sua história, despertando-se criticamente.

Assim,

[...]o alfabetizando, ao começar a escrever livremente, não copia palavras, mas expressa juízos. Estes, de certa maneira, tentam reproduzir o movimento de sua própria experiência; o alfabetizando, ao dar-lhes forma escrita, vai assumindo, gradualmente, a consciência de testemunha de uma história de que se sabe autor. Na medida em que se apercebe como testemunha de sua história, sua consciência se faz reflexivamente mais responsável dessa história. (FREIRE, 2019a, p. 16-17).

Dessa maneira, as ideias freireanas confluem no sentido de que o educando precisa reconhecer-se como sujeito no processo educativo, em que professor e aluno constroem juntos tal ação. Nesse processo, cada um dos envolvidos possui os seus saberes de naturezas diferentes, que vão se articulando, a partir de relações que se contextualizam.

Sobre isso, Freire (1992) considera o ensinar como um ato crítico que se encontra na base do ensinar-aprender e isso só será possível se os alunos estiverem inseridos na situação educativa, para que atuem como cidadãos protagonistas.

Nessa perspectiva, cabe salientar o que o educador discorre sobre os sujeitos transformarem o mundo dizendo a palavra e destaca que “o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens” (FREIRE, 2001, p. 79).

Assim, Freire (1992) afirma que o diálogo entre professores e alunos é essencial, uma vez que o diálogo tem significação e os sujeitos dialógicos não apenas conservam a sua identidade, mas a defendem e crescem um com outro. É importante destacar que, segundo o autor, a relação dialógica, não anula a possibilidade do ato de ensinar, mas funda esse mesmo ato, que se completa e se sela no outro, o ato de aprender:

[...] e ambos só se tornam verdadeiramente possíveis quando o pensamento crítico, inquieto, do educador e da educadora não freia a capacidade de criticamente também pensar ou começar a pensar do educando. Pelo contrário, quando o pensamento crítico do educador ou da educadora se entrega à curiosidade do educando. (FREIRE, 1992, p. 118).

Segundo o autor, o diálogo não se caracteriza pela conversa descompromissada e sem objetivos educacionais, mas permite questionamentos e reflexões acerca do objeto de estudo, para a construção de um saber. Desta forma, o processo educativo passa a ser considerado um momento de contribuições mútuas em que educador e educando possuem ponderações de um mesmo mundo, porém, cada qual com suas contribuições, podendo ou não se opor sobre tais condições.

Contribuindo com a importância do diálogo para o ensino e aprendizagem, é necessário salientar que, nas interações entre professor e aluno, as leituras de mundo dos sujeitos, os conhecimentos prévios que permeiam as conversas, as problematizações e indagações são muito bem vindas pelo educador freireano, pois elas, permitem que a partir dessa relação dialógica, ambos construam conhecimentos e contribuam um com o outro, ampliando, assim, o pensamento crítico.

Sobre o pensamento crítico, Freire (2019b, p. 83) ressalta o papel “epistemologicamente curioso” que o professor e aluno devem assumir no processo de escolarização e, indiscutivelmente também, inerente ao ensino de Língua Portuguesa. Sobre isso, o educador direciona a importância da reflexão crítica, com uma postura aberta, curiosa, indagadora enquanto fala ou ouve.

Para Freire (2019b, p. 85), “o exercício da curiosidade convoca a imaginação, a intuição, as emoções, a capacidade de conjecturar, de comparar, na busca da perfilização do objeto ou do achado de sua razão de ser”. Dessa maneira, a curiosidade espontânea instiga a procura por comparação, a investigação, o levantamento de hipóteses até se chegar a uma conclusão e precisa fazer parte da prática educativa crítica.

Outro ponto a ser salientado sobre a prática educativa-crítica, destacada por Freire (2019b), é que, como experiência especificamente humana, a educação é uma intervenção no mundo, que inspira mudanças na sociedade. Devido a isso, tem-se a importância do desenvolvimento do pensamento crítico para que os sujeitos saibam agir em diversas situações e circunstâncias do cotidiano, sendo questionadores e formadores de opinião, que saibam refletir e respeitar os diferentes posicionamentos.

Ao se pensar no processo educativo e mediante o exposto, nota-se que a linguagem, é o meio pelo qual o aluno fará parte do processo educativo de modo significativo, uma vez que, instigado para o diálogo, exercerá a sua participação ativa, autônoma, criativa e reflexiva, competências imprescindíveis na concepção do sujeito.

Considerações finais

É sabido que a formação do indivíduo não se dá estritamente no ambiente escolar, mas que esse se constitui em um espaço singular para o desenvolvimento do sujeito, para que este possa atuar de maneira responsável, ativa e autônoma, compreendendo e intervindo no mundo e sobre o mundo. Porém, para que o aluno possa participar da vida em sociedade, é necessário que a formação oferecida pela escola ofereça ferramentas para o fortalecimento de práticas significativas.

Dessarte, a linguagem é que atribui sentido à vida e ao próprio ser humano e constitui a ferramenta indispensável para recriar o mundo, projetar possibilidades humanas, construir conhecimentos sociais e históricos, que, segundo Paulo Freire, constitui o

sujeito, autor de sua própria história.

Assim, vale lembrar que a dialogicidade é fundamental no processo educacional, em que professor e aluno são sujeitos do conhecimento e se encontram para conhecer e transformar o mundo em colaboração.

Dessa maneira, levando em consideração que o componente curricular Língua Portuguesa de acordo com a BNCC (2018), prevê o desenvolvimento de um indivíduo que investiga causas, elabora hipóteses, formula, resolve problemas e cria soluções, para compreender o mundo e atuar criticamente sobre ele, é evidente que, no processo educativo, é essencial que o professor se coloque como aprendiz, assim também como o aluno, para que ambos possam expor os seus pensamentos e suas leituras de mundo, e cada qual possa argumentar em defesa de seus ideais, para que juntos possam aprender e reaprender, construindo os seus saberes, argumentando, refletindo sobre a realidade e posicionando-se.

Por fim, à vista das teorias freireanas, o professor deve ser o autor coadjuvante no processo ensino e aprendizagem, ao mesmo tempo em que o aluno é aquele que pensa e produz o seu conhecimento, que está sendo oportunizado na vivência e na prática de princípios democráticos. Portanto, a educação só terá sentido se favorecer o desenvolvimento da consciência crítica e autônoma do educando, auxiliando-o no processo de vir a ser sujeito de sua própria história e de sua própria aprendizagem.

Referências

- ALENCAR, E.M.L.S.; BRAGA, N.P.; & MARINHO. **Como desenvolver o potencial criador**: Um guia para liberação da criatividade em sala de aula. Petrópolis: Vozes, 2018.
- ANTUNES, Irandé. **Aula de Português**: encontros e interação. 8 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- BARBOSA, Severino Antonio M. **A utopia da palavra**: linguagem, poesia e educação. São Paulo: Adonis, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2018. Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 23 nov. 2020.
- CADERNO Pedagógico**. São Paulo: Somos Educação, 2019.
- DOUG, Lemov. **Aula nota 10**: 49 técnicas para ser um professor de audiência. São Paulo: Fundação Lemann, 2011.
- FREIRE Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 60 ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019(a).
- _____. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 16 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. 71 ed. Rio de Janeiro/São Paulo; Paz e Terra, 2019(b).
- KOCH, Ingedore G.V.; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2017.
- MARINHO, Genilson. **Educar em direitos humanos e formar para a cidadania no ensino fundamental**. São Paulo: Cortez, 2012.
- MATOS, Igor Wilson Serrão. **O diálogo em Paulo Freire como caminho para a comunicação entre professor e aluno**. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017.
- MENDES, Edleise. **Língua, cultura e formação de professores**: por uma abordagem de ensino intercultural. In: MENDES, Edleise; CASTRO, Maria Lúcia Souza (Org.). Saberes em português: ensino e formação docente. Campinas, SP: Pontes Editores. p. 57-78.
- RAMOS, Mozart Neves. **Sem educação não haverá futuro**: uma radiografia das lições e experiências e demandas deste início de século 21. São Paulo: Moderna, 2019.
- VASCONCELOS, Maria Lucia Marcondes Carvalho. **O ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica**: a formação de professore no centro do debate. Todas as Letras, São Paulo, Edição Especial, p. 57-65, 2016.